As empresas desempenham um papel crítico para ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O que nos dizem os seus relatórios, acerca do atual nível de compromisso para com estes objetivos globais?

Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017

Estará a sua empresa preparada?

69%
das empresas publica relatório de sustentabilidade ou relato integrado

43%
das empresas referiu os ODS nos seus relatórios

89%
das empresas que priorizou os objetivos escolheu o ODS 13 (Ação Climática)

pwc

www.pwc.pt/ods

Índice

Preâmbulo
Mensagem de Malcolm Preston *p.4*
Mensagem de António Correia *p.5*

1. Enquadramento p.6

2. Principais resultados p.9

3. O desafio do relato não-financeiro p.11
O relato de informação não-financeira p.11
No caminho do relato integrado p.12

4. Priorizar os ODS p.14
Muita conversa, mas pouca ação? p.14
Alguns objetivos são considerados mais importantes que outros p.16
Estarão as empresas em sintonia com os cidadãos? p.18
Prioridades específicas por setor p.20

5. Em que medida está o progresso a ser monitorizado? p.22
Como estão as empresas, até agora? Qual a qualidade do relato? p.22
Reportanto apenas a "vitória fácil" p.26
Sem métricas definidas não se consegue medir o progresso p.26
O papel dos Governos (o papel da regulação no relato não-financeiro) p.27
A procura por uma abordagem de relato consistente p.29

6. Cinco questões chave para reflexão pelas empresas na abordagem aos ODS p.31

7. Principais conclusões p.32

8. Metodologia p.33

9. Contactos p.37

Preâmbulo

Passaram dois anos desde que 193 nações do mundo se comprometeram, unanimemente, em apoiar e a tentar alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, até 2030. Nessa altura, fiz parte de muitas reuniões e assisti a muitos eventos dedicados, tanto à promoção dos objetivos, como ao alinhamento dos setores público e privado, com um propósito comum de sucesso sustentável.

Malcolm Preston
PwC Partner
Global Sustainability Leader

O entusiasmo pelos objetivos é inegável. Torna-se agora cada vez mais claro que as questões abordadas pelos 17 ODS terão um impacto global em todos os negócios e na sociedade.

A incapacidade em conseguir abordar estes objetivos trará graves riscos financeiros em todas as partes do mundo. Por outro lado, um esforço concertado para agir em conformidade com estes objetivos será um dos principais impulsionadores do crescimento económico - cerca de 11,41 biliões de euros[1], por ano, em poupanças e receitas, até 2030, de acordo com a Comissão de Negócios e Desenvolvimento Sustentável (Business and Sustainable Development Commission)[2].

Esta oportunidade é, portanto, clara, para todos os negócios. No entanto, apesar de todas as conversas otimistas em torno dos objetivos, será que as empresas já compreenderam realmente o que o cumprimento dos objetivos exige ou o papel que devem desempenhar neste processo?

Para ajudar a responder a esta questão, a PwC realizou recentemente um estudo global para avaliar o compromisso do mundo empresarial com os objetivos e com as ações tangíveis que estão a tomar para os atingir. A nossa abordagem focou-se na informação contida nos relatórios e contas e de sustentabilidade, anuais, de 470 empresas, em todo o mundo, uma vez que estes relatórios permitem avaliar, de uma forma responsável e demonstrável, os compromissos de sustentabilidade. Para apoiar este estudo, a PwC criou uma base de dados global online e uma ferramenta de *benchmarking*, que nos permitiu reunir toda a informação e efetuar análises comparativas individuais a cada uma das empresas analisadas.

Foram dois, os principais objetivos da análise efetuada: **Primeiro**, pretendíamos obter uma visão clara de quais os ODS que as empresas estavam a priorizar e porquê.

Segundo, queríamos saber de que forma estavam a reportar estes mesmos objetivos. Estariam as empresas simplesmente a reconhecer e a concordar com os objetivos ou estariam efetivamente a fazer algum progresso tangível e mensurável sob os quais pudessem reportar?

Os principais resultados são esclarecedores e sugerem que as empresas ainda têm questões relevantes a abordar, caso pretendam tirar partido de todo o potencial dos ODS. Conforme detalhado neste relatório, globalmente 62% das empresas analisadas referiu os ODS nos seus relatórios. Contudo, apenas 37% os tem priorizados individualmente. Os restantes 25% continuam apenas a discutir os objetivos em termos gerais. Sobram 38% das empresas, que ainda não abordaram os objetivos, de todo (ou que não sentem ainda a necessidade de os abordar e reportar).

Neste relatório, damos a conhecer quais os ODS que a maioria das empresas elege como prioritários e por que diferentes setores preferem uns ODS a outros. Exploramos também quais os ODS acerca dos quais as empresas se sentem mais confiantes em reportar detalhadamente e quais aqueles onde faltam ainda as métricas necessárias para o fazer.

Como um todo, a análise efetuada deverá permitir que as empresas se questionem sobre se estarão a priorizar os ODS que são verdadeiramente relevantes para o seu negócio e para a sua cadeia de valor. Conhecerão as métricas e os indicadores de performance (KPIs) de que necessitam para compreender exatamente o impacto do seu negócio, no seu sentido mais amplo, e conseguirão medir e reportar o trabalho que já estão a desenvolver?

Quando as empresas conseguirem responder a estas questões, os ODS e o percurso das empresas estarão no caminho certo.

1. Valor aproximado à taxa de conversão para euros em 31.12.2016.

2. Business and Sustainable Development Commission, Better Business, Better World, http://report.businesscommission.org.

Qual o ponto de partida para as empresas? E quais os próximos passos?

Os Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável são um conjunto de metas globais que os Governos devem adotar. As empresas precisam de compreender, estrategicamente, de que forma as suas operações e o seu crescimento os podem ajudar.

António Brochado Correia
Partner da PwC Portugal
Local Sustainability Leader

Impulsionados pela ONU, os Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável são um conjunto de metas globais que os Governos devem adotar e, quando o fizerem, irão olhar para a sociedade, em geral, e para as empresas e instituições, em particular, para que seja possível alcançá-los.

Isto significa uma alteração relevante na forma como os negócios concretizam e relatam as suas atividades. Na medida em que os governos precisam de medir e monitorizar o progresso e gerir a eficácia das intervenções concertadas.

As empresas terão de saber avaliar o seu impacto sobre os ODS e rever as suas estratégias em conformidade, necessitando para tal de recolher e reportar novos dados, evoluindo também na sua forma de relatar.

Por outro lado, se até aqui o relato não-financeiro era, para a maioria das empresas, voluntário, este passou a ser obrigatório para determinadas grandes empresas, em resultado da publicação do Decreto-Lei n.º 89/2017.

Para garantir que se atingem os objetivos desejados e uma resposta adequada a estes novos desafios no relato não-financeiro, é fundamental que seja efetuada uma reflexão sobre "o que reportar" e "como reportar". Esta reflexão parte do mais importante: o que devo eu, empresa, medir na minha gestão? o que me acrescenta valor e me torna distintivo? Na maioria dos casos as respostas vão estar nos intangíveis, nos chamados valores imateriais, mas que são bem materiais no atingimento de objetivos e na concretização de resultados.

A PwC, globalmente e em Portugal, tem vindo a trabalhar, desde há vários anos, com as várias entidades envolvidas, tais como o WBCSD e o GRI, neste processo e acreditamos que este estudo, que agora apresentamos, poderá servir de alerta para as empresas.

Os resultados sugerem que as empresas em Portugal ainda têm questões relevantes a abordar, caso pretendam tirar partido de todo o potencial dos ODS. Conforme detalhado neste relatório, em Portugal apenas 43% das empresas analisadas já efetuaram uma priorização dos ODS. Quando comparamos com a totalidade das empresas analisadas no estudo da PwC, as empresas portuguesas estão, na generalidade dos aspetos analisados, um pouco abaixo do global, pelo que esperamos que esta publicação possa trazer o tema para a agenda das empresas e contribuir o seu desenvolvimento.

Qual será, então, o ponto de partida para as empresas? De que forma os ODS se traduzem em ações e próximos passos?

A melhor forma de começar será aprofundar a compreensão sobre a relação de cada empresa com os ODS, identificando as atividades que contribuem positivamente, ou impedem os Estados, de atingir os seus objetivos.

As empresas precisam de compreender, estrategicamente, de que forma as suas operações e o seu crescimento podem ajudar os Governos nacionais a alcançar os ODS e a identificar quais as oportunidades para obterem uma vantagem empresarial competitiva.

1. Enquadramento

Porque são os ODS tão importantes?

Todos os países membros das Nações Unidas se comprometeram a apoiar os 17 ODS e a cumpri--los até 2030. De facto, os ODS têm sido descritos como o mais próximo que o mundo tem com uma estratégia de futuro com sucesso e deverão influenciar as políticas e a regulação de todos os Governos.

Será, portanto, muito relevante para as empresas que definam as suas próprias estratégias, alinhadas com as prioridades de cada país. Ao fazê-lo, as empresas podem demonstrar que estão a colaborar com as entidades governamentais e, assim, a garantir uma licença para operar, que poderia ser perdida caso constituissem entraves à concretização dos objetivos. Desta forma, as empresas conseguem antecipar o cumprimento dos objetivos.

Por outro lado, os temas que os objetivos cobrem - como o combate às alterações climáticas, a proteção da biodiversidade, a garantia de um trabalho digno e o acesso a uma saúde de qualidade e a redução da desigualdade em todas as suas formas - refletem, também, as preocupações sentidas por uma sociedade globalizada que, cada vez mais, responsabiliza as empresas pelas suas ações e impactos no mundo.

Estas questões não podem ser facilmente ignoradas, como demonstra a última avaliação dos Principais Riscos Globais, do Fórum Económico Mundial (WEF)[3]. Quatro dos cinco riscos mais significativos, identificados pelo WEF (fenómenos climáticos extremos, desastres naturais, crises de escassez de água e insucesso na mitigação e na adaptação às alterações climáticas) associam-se a algumas das questões que os ODS também abordam. A incapacidade em enfrentar estes riscos poderá ter consequências negativas generalizadas para as empresas.

Ainda que o WEF possa fazer soar o alarme, existem outros estudos que demonstram que a concretização dos ODS pode ser um dos principais impulsionadores do crescimento económico - estimado em cerca de 11,41 biliões de Euros, por ano, até 2030 e até 380 milhões de empregos (abrangendo mais de 10% da força de trabalho global prevista em 2030), de acordo com a *Business and Sustainable Development Comission* (BSDC)[4] .

Os ODS são, portanto, a articulação dos problemas ambientais, sociais e económicos mais urgentes à escala mundial e fornecem uma abordagem universal que as empresas podem utilizar para melhorar o seu desempenho no que respeita ao desenvolvimento sustentável. Em suma, tornar os ODS um sucesso é crítico para a saúde dos negócios, a nível global.

Como podemos fazer com que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, sejam integrados nos nossos negócios?

Esta é a pergunta que todas as empresas deveriam estar a fazer, dada a importância do papel que os ODS tendem a desempenhar na próxima década.

3. WEF, The Global Risks Report 2017, www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2017

4. Business and Sustainable Development Commission, Better Business, Better World, http://report.businesscommission.org/

Adicionalmente às empresas, foram ainda entrevistados mais de 2500 cidadãos, de 24 países, incluindo 100 em Portugal, o que permite obter uma perspetiva global sobre o que os cidadãos pensam acerca dos ODS.

Porque se devem as empresas envolver?

1. ***Manutenção de uma licença para operar***
   definindo uma estratégia alinhada com as prioridades dos governos
2. ***Alterações regulamentares***
   antecipando intervenções políticas destinadas a estimular a concretização dos ODS
3. ***Gestão dos Riscos***
   mitigando riscos associados à incapacidade de alcançar os ODS
4. ***Grande Oportunidade***
   aproveitando oportunidades de crescimento em produtos e serviços alinhados com os ODS
5. ***Reputação***
   agir de forma a respeitar as comunidades onde operam e preservar os ecossistemas dos quais dependem, faz sentido comercial, além de ser a coisa certa a fazer

35
empresas analisadas em Portugal

79
mil milhões de euros
em receitas, em Portugal

100
cidadãos entrevistados em Portugal

Qual o papel do relato não--financeiro? Como medir o sucesso dos ODS?

A última década registou um crescimento estável do relato não-financeiro, associado a um aumento no interesse por parte dos *stakeholders* pelos aspetos relacionados com a sustentabilidade no desempenho da organização, e na forma como as empresas abordam as suas responsabilidades mais amplas. Num *survey* da PwC, realizado ao nível internacional, 75% dos CEOs defenderam que a medição e relato do impacto total das atividades das empresas em termos económicos, fiscais, sociais e ambientais contribuem para o sucesso a longo prazo das suas empresas[5].

Esta tendência foi recentemente reforçada em Portugal, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho de 2017, que define um conjunto de informação não-financeira que as empresas passam a abordar obrigatoriamente nos seus relatórios anuais.

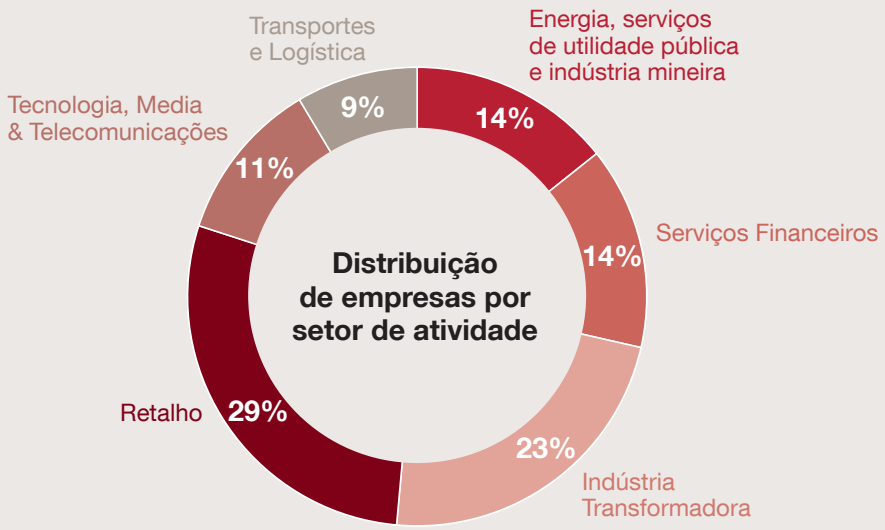
Assim, é de esperar que o relato anual das empresas tenha um papel muito relevante na comunicação do progresso relativo aos ODS e sirva de janela oficial para a divulgação da estratégia, operações e desempenho das empresas. Para responder a estas questões, a PwC realizou o estudo "SDG Reporting Challenge 2017", um estudo global, onde analisou os relatórios corporativos e de sustentabilidade de mais de 470 empresas, de 17 países, em 6 setores de atividade, e que representam cerca de 8938,46 mil milhões de euros[6] em receitas.

Considerando relevante compreender o posicionamento das empresas portuguesas, a PwC Portugal participou neste estudo, tendo analisado os relatos financeiros e de sustentabilidade de 35 empresas, de 6 setores de atividade, que representam cerca de 79 mil milhões de euros em receitas, e que incluem as empresas cotadas no índice PSI20, bem como um conjunto de grandes empresas portuguesas dos vários setores de atividade da economia nacional.

5. PwC (2014). Corporate Performance: What do investors want to know? Powerful stories through integrated reporting.

6. Valor aproximado à taxa de conversão para euros em 31.12.2016.

Fig. 1 - ***Distribuição de empresas por setor de atividade***



470
empresas analisadas globalmente

8.940
mil milhões de euros
em receitas, no mundo

2.563
cidadãos entrevistados globalmente

A análise que efetuámos às empresas portuguesas teve três propósitos principais:

1. ***analisar a qualidade do seu relato relativamente a temas não-financeiros;***
2. ***identificar quais os ODS prioritários para as empresas;*** e
3. ***compreender em que medida está a contribuição das empresas para os ODS a ser monitorizada.***

Este estudo baseou-se na consulta da informação disponível publicamente - *website*, relatório e contas e relatório de sustentabilidade.

De modo a facilitar a análise e a permitir efetuar a necessária comparação detalhada, criámos uma ferramenta de avaliação online para assegurar a recolha eficiente e padronizada dos dados, de todas as fontes disponíveis, de modo a permitir uma avaliação comparativa individual para cada empresa (ver o capítulo Metodologia).

Neste relatório, considerámos os resultados globais deste estudo, mas produzimos, também, um conjunto de análises locais que fornecem uma visão mais aprofundada acerca das empresas portuguesas.

Outros estudos de referência:
Para além do estudo global – **"SDG Reporting Challenge 2017"**– foram ainda publicados, pela PwC, os seguintes estudos sobre os ODS:

Business Reporting on the SDGs:
An Analysis of the Goals and Targets

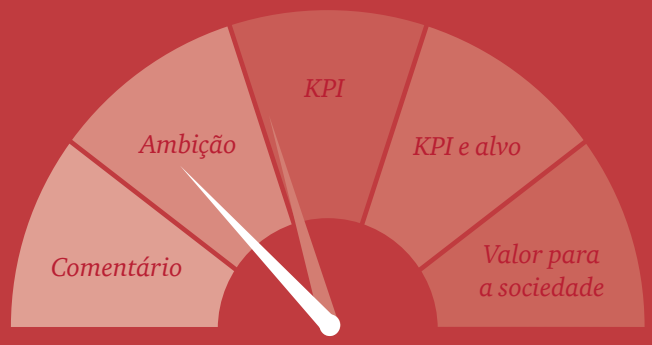
Navigating the SDGs:
a business guide to engaging with the UN Global Goals

SDG Reporting Challenge 2017:
Exploring business communication on the global goals

2. Principais resultados em Portugal

Os ODS estão no radar dos negócios:
26% (37% no global) selecionaram os ODS prioritários e 17% (25% no global) mencionaram os objetivos nos seus relatórios

Qualidade média dos relatórios:
1,35/5
[Global: 2,03/5]



As diferentes prioridades, em cada país, para as empresas e cidadãos[7]:

	Mais priorizados pelas empresas	*Menos priorizados pelas empresas*	*Mais priorizados pelos cidadãos*	*ODSs com pior performance de acordo com o SDG Tool da PwC*
Portugal	8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO 13 AÇÃO CLIMÁTICA 7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	1 ERRADICAR A POBREZA 2 ERRADICAR A FOME 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 14 PROTEGER A VIDA MARINHA	2 ERRADICAR A FOME 1 ERRADICAR A POBREZA 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE 14 PROTEGER A VIDA MARINHA 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

7. Tendo como referência a análise do SDG Business Navigator Tool, que prioriza os ODS em cada país com base no seu desempenho em indicadores oficiais.

As empresas que definem ODS prioritários tendem a apresentar relatórios de melhor qualidade

1,87/5
Pontuação média para as empresas que priorizaram os ODS
[Global: 2,29/5]

1,14/5
Pontuação média para as empresas que não priorizaram os ODS
[Global: 1,88/5]

69%
das empresas analisadas em Portugal publicam Relatórios de Sustentabilidade ou Relatos Integrados.

75%
das empresas que publicam Relatórios de Sustentabilidade ou Relatos Integrados utilizam o GRI como principal referencial na elaboração do relato não-financeiro.

57%
das empresas analisadas em Portugal efetuam a verificação independente da informação não-financeira.

Top 3 dos indicadores reportados, a nível global:

Reduzir emissões de CO^2
[Global: 3,42/5]

Representação de mulheres em cargos de gestão
[Global: 2,95/5]

Eficiência energética
[Global: 2,91/5]

3. O desafio do relato não-financeiro

Atualmente, a informação empresarial e o relato assumem-se como temas-chave, tanto para as empresas, como para investidores, Governos e reguladores.

O relato de informação não-financeira

Cada vez mais, o relato financeiro obriga a integrar um conjunto de informação que atenda às crescentes expetativas dos *stakeholders*. Esta informação vai muito para além dos dados financeiros, pelo que muitas empresas procedem à divulgação de dados não-financeiros, através dos seus relatórios de sustentabilidade ou da integração desta visão nos seus relatórios de gestão.

Esta mudança tem vindo a ser dinamizada pelos mercados, reguladores, empresas e outros grupos de *stakeholders* e, de facto, já existem iniciativas claras para responder a estes desafios, incluindo alguns referenciais de relato não-financeiro - como são exemplo as GRI Standards da Global Reporting Initiative ou a abordagem de relato integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC), entre outros.

Os CEO das empresas reconhecem esta tendência e os resultados do nosso mais recente Global CEO Survey realizado pela PwC, a nível internacional, mostram que 75% dos CEO defendem que a medição e relato do impacto total das atividades das suas empresas, em termos económicos, fiscais, sociais e ambientais contribui para o sucesso a longo prazo das suas empresas.

Como estão a responder as empresas a este contexto dinâmico, de crescente necessidade de informação? As boas práticas e as melhorias são generalizadas, ou limitam-se a um número reduzido de empresas?

Para entender melhor qual a situação atual das maiores empresas portuguesas em matéria de relato não-financeiro, a PwC Portugal efetuou, complementarmente à análise dos ODS, efetuou uma análise à informação pública reportada pelas 35 empresas da amostra nacional.

Verificámos que a maioria das empresas já responde à necessidade de efetuar o relato de informação não-financeira, com 69% das empresas a publicarem um relatório de sustentabilidade ou um relatório integrado.

Por outro lado, 74% das empresas possui uma secção de sustentabilidade no seu *website*, o que significa que, mesmo as empresas que ainda não incluem esta informação nos seus relatórios, já sentem a necessidade de a comunicar. Não tendo provavelmente uma abordagem à sustentabilidade suficientemente estruturada.

Concluímos, assim, que o relato integrado ainda é uma prática emergente nas empresas portuguesas, com apenas 6% das empresas analisadas a optarem por este modelo e a usarem o IIRC como referencial, nomeadamente no setor energético e dos transportes.

Uma parte significativa das empresas (43%) já incorporam, nos seus relatórios e contas, informação relativa à sustentabilidade, o que significa que reconhecem a importância da integração deste tipo de informação, mas estão ainda numa fase de maturidade, não transmitindo uma visão integrada.

Relativamente aos referenciais utilizados na elaboração do relato não-financeiro, 75% das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade ou integrados utilizam a abordagem de relato da GRI – Global Reporting Initiative, o que vem confirmar que esta é, de facto, a norma de referência.

Verificámos que apenas 57% das empresas tem a sua informação não-financeira, ou parte dela, verificada por uma entidade externa e independente. Esta prática existe sobretudo nos setores de energia, dos transportes e da banca.

Introdução dos novos requisitos legais de relato de informação não-financeira

O Decreto-Lei n.º 89/2017, referente à divulgação de informação não-financeira e sobre a diversidade, por parte de determinadas grandes empresas e grupos, veio tornar mandatório o relato não-financeiro para um considerável conjunto de empresas (entidades de interesse público e que tenham, em média, mais de 500 trabalhadores).

Este Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, e altera o Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei n.º 262/86), e o Código dos Valores Mobiliários (Decreto-Lei n.º 486/99).

A demonstração não-financeira, a publicar anualmente, poderá ser incluída no relatório de gestão, ou apresentada num relatório autónomo.

Este diploma irá constitui um desafio para as empresas, em particular para as que se encontram abrangidas por este e que ainda não divulgam este tipo de informação, sobretudo tendo em consideração que é aplicável aos exercícios anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017, ou seja, aos relatórios a publicar já em 2018.

Mesmo no caso das empresas que já publicam informação não-financeira, este decreto-lei pode implicar a necessidade de aprofundar algumas áreas, como a identificação e gestão de riscos e a formalização e monitorização de políticas nas várias áreas de relato definidas pelo Decreto-Lei.

No caminho para o relato integrado

Têm vindo a surgir evidências que suportam o valor do relato integrado e que demonstram como este pode conduzir a um melhor diálogo com investidores. Um estudo da PwC mostra que os investidores acreditam nos princípios do relato integrado e referem que este pode melhorar as suas análises de investimento[8].

Apesar da necessidade de relato de dados não-financeiros já ter sido identificada, a maior parte das empresas disponibiliza relatórios específicos de sustentabilidade ou de responsabilidade social corporativa, não permitindo estes que seja efetuada uma análise global e integrada.

Assistimos, assim, a uma incorporação de informação sobre sustentabilidade no relatório anual, mas só é possível acrescentar valor quando toda a informação empresarial se integra relacionando a estratégia, os riscos e oportunidades, com o governo da sociedade, a gestão do desempenho económico-financeiro, social e ambiental.

8. PwC (2014). Corporate Performance: What do investors want to know? Powerful stories through integrated reporting

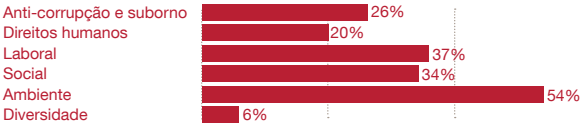
Requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017 – Conteúdos do relato:

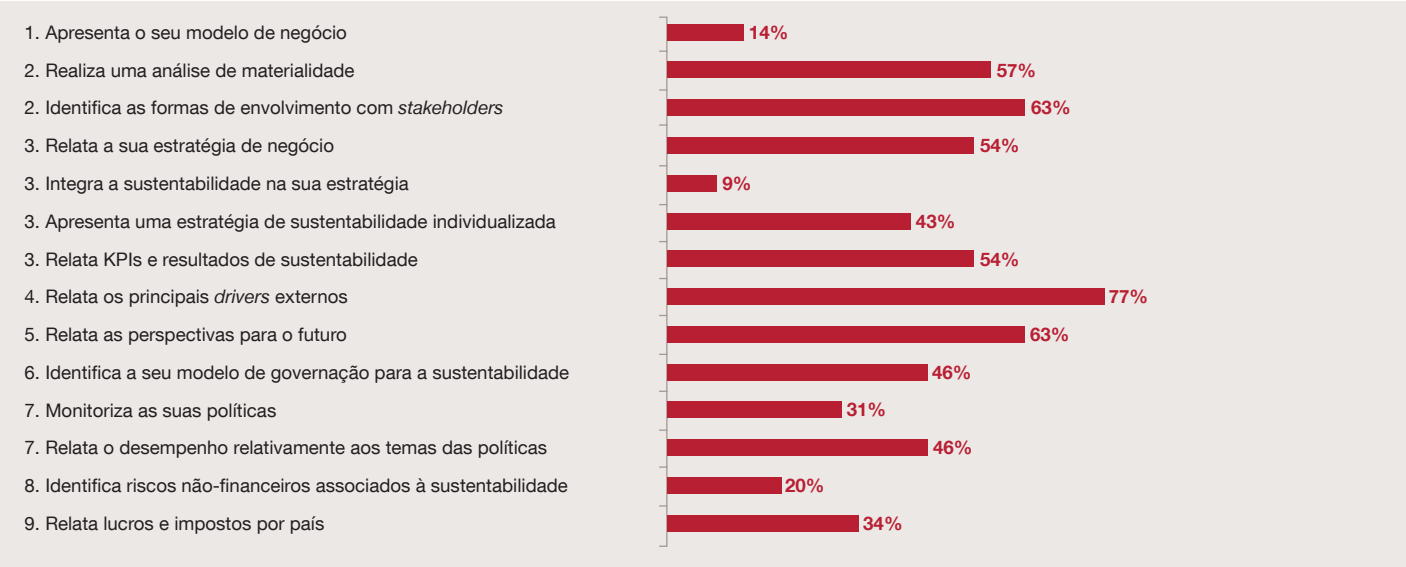
A demonstração não-financeira, elaborada e assinada pelos órgãos de administração destas empresas, terá de incluir informação bastante para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno e diversidade nos órgãos de administração e fiscalização (aplicável aos emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado de um Estado-Membro da UE), incluindo:

- Uma breve descrição do modelo empresarial da empresa;
- Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os devidos processos;
- Os resultados dessas políticas;
- Os principais riscos associados a essas questões e ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;
- Indicadores-chave de desempenho, relevantes para a sua atividade específica.

Como podemos, então, dar resposta a um mundo globalizado e em constante mudança, com a divulgação de informação estática, desagregada e que não reflete tudo o que é essencial?

Para melhor compreender a situação atual das empresas portuguesas relativamente a esta visão integrada, analisámos os relatos de 35 empresas portuguesas, em 9 áreas principais consideradas chave, segundo uma abordagem definida pela PwC.

O Decreto-Lei n.º 89/2017 identifica como requisito a inclusão de uma breve descrição do modelo de negócio da empresa na declaração de informação não-financeira.	
1. Modelo de negócio e criação de valor	A descrição do modelo de negócio permite às empresas estruturar a informação reportada de forma consistente, descrevendo os *inputs* e *outputs* do negócio e a forma como os diferentes tipos de capital se transformam através das atividades da empresa. A quantidade de empresas que descrevem de forma clara o seu modelo de negócio e de criação de valor é ainda bastante reduzido. A comunicação relativamente a este tema pode ser melhorada através da utilização de elementos gráficos que descrevam as atividades geradoras de valor.
2. Materialidade e envolvimento de *stakeholders*	A identificação das formas de envolvimento com *stakeholders* e a realização de uma análise de materialidade, são requisitos da *framework* de *reporting* da Global Reporting Initiative, pelo que a maior parte das empresas que elaboram relatórios segundo este referencial já desenvolveram estas abordagens.
3. Estratégia de negócio e indicadores chave de desempenho	As empresas portuguesas têm ainda um percurso a percorrer na integração da sustentabilidade nas suas estratégias de negócio, bem como na identificação de indicadores de desempenho específicos que permitam avaliar o grau de concretização da estratégia. Os indicadores de desempenho definidos devem medir a contribuição das organizações para a sociedade e o valor que geram em termos económicos, fiscais, sociais e ambientais.
4. Drivers externos	De forma geral, as empresas devem evoluir no seu relato no que diz respeito a este tema, explicando claramente em que medida o meio envolvente influencia as decisões estratégicas da empresa.
5. Perspectivas futuras	Apesar de reportarem sobre as suas perspetivas para o futuro, algumas empresas evitam, no geral, divulgar abertamente as possíveis restrições com as quais a empresa pode deparar-se no futuro em relação ao acesso aos principais capitais do seu modelo de negócio ou os principais temas que podem afetar a viabilidade da empresa e dos mecanismos de gestão implementados.
6. Governance de sustentabilidade	A comunicação sobre governo corporativo baseia-se sobretudo nos requisitos regulatórios. De forma geral, as empresas cotadas informam sobre assuntos como, por exemplo, a composição do Conselho de Administração, as funções e obrigações definidas nos seus regulamentos.
7. Formalização e monitorização de Políticas	O Decreto-Lei n.º 89/2017 identifica como requisito a identificação das políticas das empresas nos seguintes temas: • diversidade • ambiente • social • laboral • direitos humanos anti-corrupção e suborno. É de esperar um esforço adicional nas empresas no sentido da formalização destas políticas já que, segundo a nossa análise, muitas vezes as empresas têm algumas diretrizes e práticas não formais. A área da monitorização das políticas carece de reforço, uma vez que no global apenas 31% das empresas relatam a prática de monitorização das suas políticas ao longo dos relatórios e apenas 46% relatam o seu desempenho relativamente aos temas das políticas. 
8. Riscos não-financeiros	A comunicação das empresas acerca da gestão de riscos assenta no cumprimento dos requisitos regulatórios e, desta forma, as empresas detalham os riscos para o negócio e os mecanismos de gestão estabelecidos para mitigar e prevenir a sua ocorrência. Com a entrada em vigor do decreto-lei, é esperado um aumento do número de empresas que divulguem riscos não-financeiros e os procedimentos de gestão relacionados com os mesmos.
9. Relato fiscal	É de esperar que a pegada fiscal continue a ser um tema em discussão e que o relato nesta matéria venha a ser mais detalhado nos próximos anos.



Base: Empresas portuguesas analisadas (35)

4. Priorizar os ODS

Os ODS foram criados com o objetivo de facultar um modelo compreensivo e simples para um desenvolvimento sustentável, não deixando ninguém para trás. Para os Governos, significa avaliar a sua posição em cada um dos objetivos e implementar medidas para os atingir. Contudo, as empresas parecem ver o seu compromisso de uma forma diferente.

Como mostra a nossa análise, a maioria das empresas optou por priorizar apenas um reduzido número de ODS, quer seja focando-se naqueles em que podem ter resultados mais positivos, quer seja identificando os objetivos que, caso não sejam alcançados, podem vir a ter um maior impacto nos seus próprios negócios.

Muita conversa, mas pouca ação?

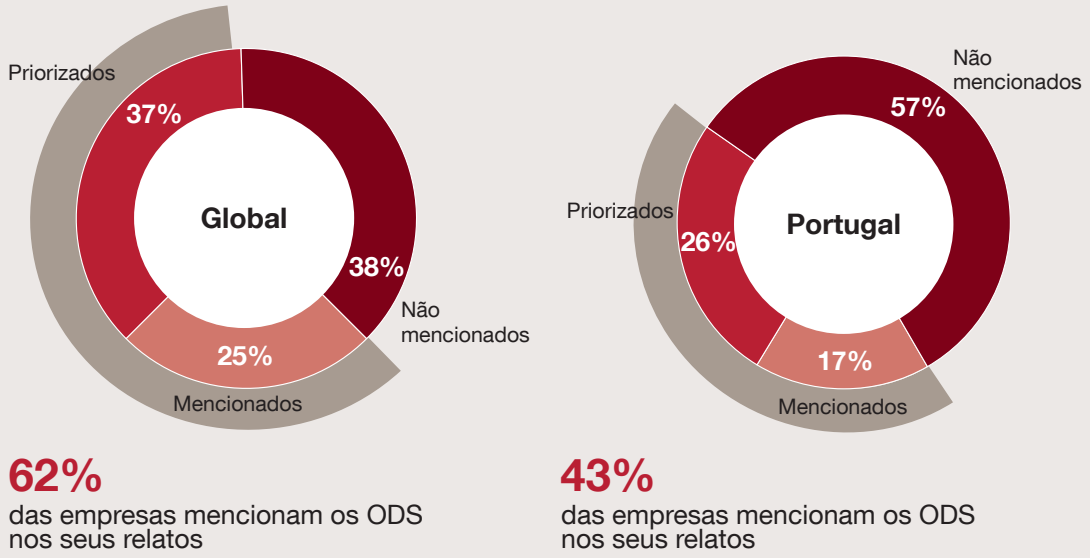
Mais de um terço das empresas a nível global que reponderam ao nosso questionário (37%) selecionou ODS específicos como prioritários no seu relato financeiro ou de sustentabilidade. Quando comparamos com Portugal, constatamos que mais de um quarto das empresas inquiridas (26%) selecionou ODS específicos como prioridade no seu relato financeiro ou de sustentabilidade.

Adicionalmente, 25% das empresas a nível global apenas referiu estar comprometida com os ODS, sem fornecer detalhe adicional. Assim, cerca de 62% das empresas a nível global reconhece o seu compromisso para com os objetivos. Em Portugal este número é inferior, já que apenas 43% das empresas o faz.

No entanto, existe outra forma de olhar para estes números. Mais de um terço das empresas a nível global (38%), e mais de metade das empresas a nível nacional (57%) não mencionou, de todo, os ODS no seu relato. A isso acresce o facto de uma percentagem significativa das empresas que se compromete com a concretização dos ODS ainda não conseguir priorizar os objetivos que lhes são críticos, o que significa que não existe um nível de compromisso significativo perante estes.

Base: Todas as empresas analisadas - Global (470), Portugal (35)

Fig. 2 - ***Os ODS estão no radar das empresas***



Base: Todas as empresas analisadas - Global (470), Portugal (35)

Será que o facto de mais de um terço das empresas inquiridas, a nível global, ainda não ter demonstrado o seu compromisso, demonstra alguma falta de interesse em trabalhar na concretização dos objetivos?

O mais provável, dada a dimensão da missão dos ODS, é que este valor reflita, simplesmente, os desafios internos que as empresas enfrentam para identificar quais os objetivos mais relevantes para os seus negócios e, de seguida, priorizá-los e definir como os abordar. Ou poderá ser que muitas empresas apesar de terem, ou não, uma estratégia de sustentabilidade, ainda não entendam o verdadeiro potencial do alinhamento da sua estratégia com os ODS.

Priorizar os objetivos não é tão simples quanto possa parecer. Parece óbvio que as empresas se deveriam concentrar nos objetivos mais relevantes para o seu negócio. Contudo, como é que as empresas sabem realmente quais são os mais relevantes?

Responder a esta questão requer uma análise mais aprofundada da sustentabilidade das operações, do negócio, da estratégia de compras e da cadeia de valor, e muitas das empresas (especialmente as de menor dimensão, ou as privadas) não o tendo realizado no passado, não têm recursos suficientes para o fazer neste momento. Requer, igualmente, uma visão e abordagem a longo prazo no que diz respeito à estratégia de crescimento e planeamento do negócio, com um maior alcance do que o que vigora atualmente nas empresas.

Para conseguir atingir esta perspetiva de longo prazo, é necessário compreender quais os riscos que as empresas podem enfrentar, caso os tópicos que os ODS representam não sejam mitigados, mas também as oportunidades que a adaptação dos produtos e serviços podem vir a oferecer.

Sem fazer esta avaliação, muitas empresas continuam sem ter uma perspetiva clara de quais os objetivos que poderão ter uma relação material com os seus negócios, seja em termos de oportunidades de crescimento, seja em termos de onde estão a ter algum impacto negativo sobre os tópicos abrangidos pelos objetivos. É importante que esta avaliação seja efetuada ao nível local e não global, pois a atenção a dar a cada objetivo pode ser muito diferente nos vários países de operação.

Boas práticas sobre priorização de ODS

Case study: Smith & Nephew – Reino Unido

Os objetivos de sustentabilidade da *Smith & Nephew* derivam da (e conduzem) estratégia de negócio do grupo, pelo que toda a organização desenvolve os aspetos de sustentabilidade (social, ambiental e económica) de uma forma alinhada.

No seu relatório de sustentabilidade de 2016 a empresa alinha a sua estratégia com a importância de vários aspetos sociais, ambientais e económicos do desenvolvimento sustentável.

Utilizando uma abordagem estruturada, esta empresa identifica os ODS prioritários e metas onde acredita poder contribuir, de forma mais significativa: ODS3 (Saúde de Qualidade), ODS8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS10 (Reduzir as Desigualdades), ODS12 (Produção e Consumo Sustentáveis) (metas 3.8, 8.7, 8.8, 10.2, 12.2, 12.4, 12.5) e define metas ambiciosas, de longo prazo, a alcançar até 2020.

Os objetivos de sustentabilidade da empresa assim foram, assim, mapeados, relativamente a estes ODS, identificando-se quais os programas que sustentam estes objetivos, tendo o seu desempenho em relação aos mesmos sido divulgado.

Para além destes ODS prioritários, a *Smith & Nephew* identificou, ainda, dois ODS secundários, que não terão sido levados em consideração na definição da sua estratégia. Estes são: ODS 6 (Água Potável e Saneamento) (meta 6.4) e ODS 7 (Energias Renováveis e Acessíveis)[9].

9. Smith & Nephew, A future focus, Sustainability Report 2016

Alguns objetivos são considerados mais importantes que outros

Os ODS13 (Ação Climática), ODS8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) e ODS12 (Produção e Consumo Sustentável) são os três objetivos que são frequentemente mais selecionados pelas empresas, tanto em Portugal, como a nível global.

O ODS1 (Erradicar a Pobreza), o ODS2 (Erradicar a Fome) e, em último lugar, o ODS14 (Proteger a Vida Marinha) são os objetivos que são frequentemente menos considerados pelas empresas a nível global.

Em Portugal, o ODS6 (Água Potável e Saneamento), o ODS1, o ODS2 e o ODS14 foram, do mesmo modo, os objetivos menos considerados pelas empresas.

Qual é, então, o processo de tomada de decisão por trás da priorização de um objetivo relativamente a outro?

Estarão as empresas a ter uma visão holística das suas prioridades, em termos das suas atuais operações principais e da sua oportunidade e impacto, ou pode ser que, atualmente, apenas estejam a relançar os seus programas de sustentabilidade e de responsabilidade social corporativa já existentes, para os combinar com uma ou mais prioridades dos ODS?

Existem indicações claras de que alguns ODS são definidos como prioritários porque são considerados "de pouco esforço", isto é, ou já existe um alinhamento óbvio com a atual estratégia, ou as empresas já possuem estruturas relevantes de relato para registar e medir o seu sucesso nessas áreas.

A Ação Climática é um bom exemplo deste facto. Das empresas portuguesas que priorizaram os ODS nos seus relatórios, 89% referiu que já estava a tomar medidas acerca das alterações climáticas, mais do que em qualquer outro dos objetivos, exceto o ODS8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) que é, igualmente, priorizado pelas empresas. Será porque o mundo empresarial acredita que as alterações climáticas são as questões de sustentabilidade mais significativas que enfrentam? Talvez.

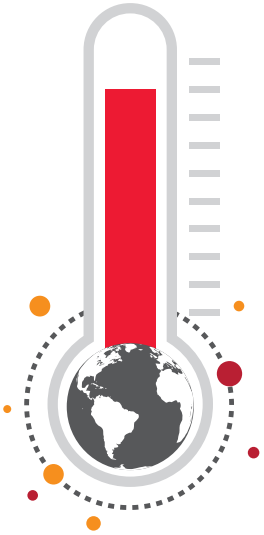
Contudo, o mais provável é que essas empresas já tenham mecanismos internos para medir as suas emissões de gases com efeito estufa (um dos elementos-chave que deve ser reduzido para travar os efeitos das alterações climáticas) - devido a compromissos antigos de divulgação de informação sobre os padrões de negócio sustentável a terceiros, como por exemplo, o *Carbon Disclosure Project* (CDP) e o GRI - ou possam ter de implementar medidas regulamentares recentes, tais como a diretiva da União Europeia acerca do relato não-financeiro ou requisitos dos reguladores dos mercados bolsistas locais. Com um processo de relato das emissões já aperfeiçoado, e a existência de dados históricos aos quais recorrer, o ODS13 torna-se quase uma prioridade efetiva para as maiores empresas, representando uma "vitória fácil" no meio empresarial.

A nível global, o segundo objetivo mais priorizado pelas empresas foi o ODS8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), que também se parece com uma "vitória fácil". Este ODS classifica-se como uma das duas principais prioridades em todos os setores. Mais uma vez, qual é a empresa que não se compromete em criar um trabalho digno e em ter crescimento económico?

Relativamente ao objetivo considerado pelas empresas como a sua terceira prioridade, o ODS12 (Consumo e Produção Sustentáveis), este tem um impacto consideravelmente amplo - influencia a estratégia e o planeamento, tanto das empresas com foco no consumidor, como em empresas B2B. Este é, também, o objetivo que mais está interligado com os restantes e que, por isso, as empresas, tendo um impacto sobre o ODS12, provavelmente também impactarão positivamente uma série de outros objetivos ao mesmo tempo.

Seria interessante perceber se as empresas que escolheram estes objetivos como uma das suas maiores prioridades, saberiam identificar quais as metas subjacentes e que são particularmente importantes para a sua concretização.

No caso português, o segundo objetivo mais priorizado pelas empresas foi o ODS12 (Produção e Consumo Sustentáveis).



89% das empresas portuguesas, que priorizam os ODS, selecionaram o ODS 13 – 'Ação Climática' - como o principal

Fig. 3 - ***ODS priorizados pelas empresas***

Base: Empresas portuguesas e globais com ODS prioritários identificados (9 e 173, respetivamente)

Das empresas analisadas, poucas parecem definir as suas prioridades estratégicas ao nível das metas optando, em vez disso, por se concentrarem ao nível do objetivo global.

Será que essas empresas, na realidade, só realizaram uma análise superficial dos ODS ou, simplesmente, optaram por não discutir as metas que sustentam os seus objetivos prioritários?

Se analisarmos os objetivos que são classificados como menos prioritários pelas empresas, por exemplo o ODS14 (Proteger a Vida Marinha), pode parecer que este objetivo é menos relevante para as empresas que não estejam envolvidas na pesca, produção de petróleo ou gás, ou no transporte marítimo global.

No entanto, quase todas as empresas criam resíduos - líquidos, sólidos ou gasosos - que podem ameaçar os oceanos. Tal pode ser ocorrer, por exemplo, através do escoamento de poluentes da agricultura para os rios. A meta 14.1 de Proteção da Vida Marinha visa, até 2025, "prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, em particular de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição provocada por nutrientes". Entretanto, a meta 14.3, procura "minimizar e abordar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através de uma cooperação científica aprimorada a todos os níveis". Assim, o ODS14 torna-se também relevante para todas as empresas que utilizem produtos ou embalagens de plástico, muitos dos quais ainda tendo como destino final aterros sanitários, ou os oceanos. De acordo com um relatório recente da Fundação Ellen McArthur, até 2050, haverá mais plástico no mar do que peixes[6].

Ao não identificar o ODS14 como uma prioridade, estarão as empresas - que, de facto, têm um impacto considerável em todas estas áreas - a mostrar que não consideraram os ODS com toda a profundidade? Será a sua avaliação superficial? Ou estarão as empresas apenas a escolher aqueles ODS onde já têm um impacto positivo? Ou ambos?

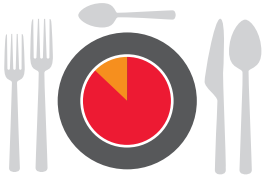
O ODS16 (Paz, Justiça e Intuições Eficazes) é outro ODS que pode parecer secundário para a maioria das empresas, a menos que operem no ramo de comércio de armas ou de serviços de segurança. Um dos principais propósitos deste objetivo é, no entanto, o 16.5, que visa "reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas". Esta é uma prioridade de *governance* em quase todas as empresas globais. É interessante, por isso, verificar que esta também não é considerada uma das principais prioridades para as empresas.

Para que as empresas possam realmente colaborar e alinharem-se com os ODS, é importante efetuarem a sua análise com maior detalhe, não apenas ao nível geral do objetivo. Para que seja possível entenderem a verdadeira finalidade de cada objetivo é necessário estudar cada uma das metas subjacentes e considerar as ações que se poderão tomar para ajudar a alcançar esse objetivo como um todo. Por exemplo, o objetivo ODS6 "Água Potável e Saneamento" torna-se muito mais pertinente quando se considera, por exemplo, atingir a meta 6.2 "alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos", ou atingir a meta 6.4 "aumentar substancialmente a eficiência do uso de água em todos os setores e assegurar consumos sustentáveis e fornecimento de água doce".

Estarão as empresas em sintonia com os cidadãos?

Nos relatos corporativos, as empresas tendem a considerar os impactos e as oportunidades externas simplesmente do ponto de vista da organização, sem tomar em consideração a opinião pública.

O mesmo se passa na priorização dos ODS. Assim se justifica que os objetivos ODS1 (Erradicar a Pobreza) e ODS2 (Erradicar a Fome) não sejam considerados prioritários pela maioria das empresas analisadas, mas sejam os ODS mais referidos enquanto prioritários para os cidadãos portugueses no nosso estudo.



80%

dos cidadãos portugueses inquiridos posicionou o ODS2 (Erradicar a Fome) no seu top 5

[Global: 67%]

Apenas 11%

das empresas a portuguesas que priorizou os ODSs escolheu o ODS2

[Global: 23%]

49%

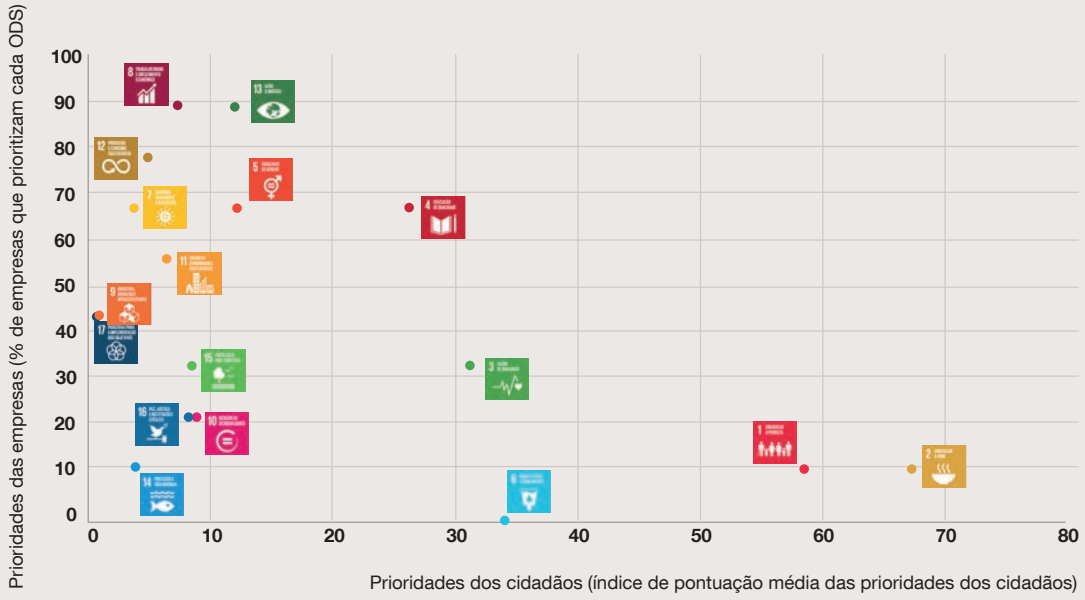
dos cidadãos portugueses disseram que estariam mais predispostos a usar os bens ou serviços de organizações envolvidas com os ODS

[Global: 74%]

Cada vez mais as empresas devem integrar na definição de objetivos e nos relatos de sustentabilidade a opinião dos consumidores. Esta pode ser vir a ser uma oportunidade perdida, especialmente quando se considera que 49% dos cidadãos portugueses (e 74% dos cidadãos a nível global) referiram que seriam mais propensos a utilizar os bens ou serviços de organizações envolvidas com os ODS.

Na verdade, parece existir alguma falta de alinhamento entre o que as empresas procuram priorizar e o que a nossa análise nos diz acerca do que os cidadãos consideram como os objetivos mais relevantes.

Fig. 4 - ***Prioridades das empresas e dos cidadãos, em Portugal***



Base: Empresas portuguesas com ODS prioritários identificados (9); Cidadãos portugueses inquiridos (100)

Prioridades específicas por setor

Não será surpresa que, quando as empresas dão prioridade a um determinado ODS, fazem-no com base num sentido de alinhamento com as atividades do seu setor e operações individuais.

Por exemplo, todas as empresas do setor de saúde, farmacêutica e de ciências da vida que priorizam os ODS, selecionaram o ODS3 (Saúde de Qualidade).

As empresas no setor de retalho e consumo, veem um óbvio alinhamento com os ODS12 (Produção e Consumo Sustentáveis), ODS8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS3 (Saúde de Qualidade) e ODS13 (Ação Climática). Este setor também refere o objetivo ODS2 (Erradicar a Fome), como uma das principais prioridades, impulsionado pelos objetivos de sustentabilidade, altamente desenvolvidos, dos produtores de alimentos e retalhistas.

Fig. 5 - ***Principais ODS priorizados por setor (Global)***

Base: Todas as empresas analisadas - Global (470)

O ODS7 (Energia Renovável e Acessível) apresenta algumas questões interessantes sobre a forma como as empresas alinham os seus objetivos com as suas estratégias específicas. Este objetivo apenas se classifica no top 5 para os setores da energia, serviços de utilidade pública e indústria mineira, mesmo que possa ser óbvia a importância para outros setores, como o de Produtos Industriais (PI), em particular. Das empresas de PI que priorizaram os ODS (43%), menos de metade (19%) selecionaram o ODS7.

Parece, por isso, surpreendente que muitas empresas dos setores de utilização intensiva de energia não priorizem o ODS7, mesmo sabendo que muitas virão a ter programas de melhoria da eficiência energética (meta 7.3). Será esta uma evidência adicional de que existe alguma falta de análise e compromisso com os ODS, ao nível das metas?

Relacionar os objetivos com a cadeia de valor

Em muitos casos, parece existir uma correlação direta entre a proximidade dos objetivos com as operações de uma organização e com o facto de serem, ou não, por esta priorizados.

Vejamos os exemplos dos ODS6 (Água Potável e Saneamento), ODS10 (Reduzir Desigualdades), ODS14 (Proteger a Vida Marinha) e ODS15 (Proteger a Vida Terrestre). Todos impactam, de alguma forma, a cadeia de valor das organizações. Contudo, não têm tanta influência nas operações diretas das empresas e, por conseguinte, todos estes têm reduzidos níveis de priorização, no nosso estudo.

Talvez as empresas considerem que estão a integrar estas questões através do ODS12 (Produção e Consumo Sustentável). No entanto, poderiam obter uma maior granularidade caso olhassem para as suas relações (reportando-as), com os outros objetivos. Além de controlarem as suas próprias operações, deveriam as empresas conhecer o que se está a passar com os seus fornecedores, ao longo da cadeia de valor? Cada vez mais, as empresas são chamadas a responder sobre o que acontece a este nível, podendo eventuais questões tornar-se num grave problema reputacional.

As empresas que pretendam assumir o seu compromisso com os ODS devem ter estes aspetos em consideração, evitando escolhas aleatórias. Ir mais além na análise das metas associadas aos diferentes ODS, irá revelar o quão estão relacionadas com o seu negócio e de que forma poderão afetar o seu desempenho, a curto e longo prazos. Esta visão requer um nível mais robusto e sofisticado de abordagem e relato dos ODS, do que a existente atualmente.

5. Em que medida está o progresso a ser monitorizado?

Embora algumas empresas já tenham começado a assumir compromissos para com os objetivos globais, outras estão apenas agora a iniciar o seu processo de priorização dos ODS, incorporando-os na sua estratégia, definindo metas e objetivos claros para o sucesso e medindo o seu progresso.

Integrar a avaliação dos ODS no relato das empresas é essencial para as empresas que pretendam, de facto, compreender de que forma estão a cumprir estes objetivos e metas, e como se comparam com outras empresas (permitindo, por exemplo, *benchmarks*).

Como estão as empresas, até agora? Qual a qualidade do seu relato?

Para aferir até que ponto as empresas já reportam o seu desempenho nos ODS, analisámos ao detalhe os relatos, financeiro e não-financeiro, de 470 empresas ao nível global. Muitas destas definiram os seus ODS prioritários e identificaram quais os mais relevantes paras as suas operações, estratégias e/ou *stakeholders*.

Avaliámos cada empresa através da qualidade dos seus relatórios em 2 indicadores principais para cada ODS (os indicadores selecionados encontram-se detalhados no ponto 1.6 da Metodologia - Detalhe dos indicadores de relato selecionados).

Metodologia de avaliação da qualidade do relato	
Não relatado	0
Comentário descritivo	1
Descrição da ambição	2
KPI quantitativo	3
KPI quantitativo e objetivos a atingir	4
KPI quantitativo, objetivos a atingir e ligação ao valor para a sociedade	5

Boas Práticas sobre qualidade do relato e desempenho

Case study: CRH plc – Reino Unido

O relatório de sustentabilidade de 2016 consolidado da CRH representa uma boa prática no relato de qualidade para medir o desempenho através da definição de metas e acompanhamento do progresso. A empresa estabeleceu prioridades e metas ao nível do grupo, que são implementadas localmente em 31 países, em todo o mundo.

No relatório, a CRH descreve ações em direção aos objetivos, incluindo a mensuração dos seus esforços através de indicadores-chave de desempenho. São definidos compromissos para reduzir os resíduos e o seu objetivo para 2020 é garantir que 95% das empresas relevantes tenham programas de redução/reciclagem de resíduos.

Como compromisso, a CRH pretende contribuir para a economia circular, reciclando os subprodutos dos seus processos de produção, sempre que possível. Em 2016, desviaram do processo de gestão de resíduos 1,7 milhões de toneladas de subprodutos de fluxos residuais, reduzindo assim, a quantidade de resíduos enviados para gestão externa em 48%. Também reconhecem que têm espaço para melhorar, uma vez que a quantidade total de resíduos aumentou 48% em relação ao ano anterior. Em geral, a empresa informa que 77% de todos os resíduos foram reciclados em 2016[10].

10. CRH, Perspectives on Sustainable Build Materials, CRH Sustainability Report 2016, http://crh.com/docs/current-sustainability-report/2016-sustainability-report.pdf

Fig. 6 - ***Qualidade do relato***

Top 3 dos indicadores reportados a nível global

Redução de emissões de gases com efeito estufa

Global:

3,42/5

[Portugal: 2,26/5]

Indicador para:

Representação feminina em cargos de gestão

Global:

2,95/5

[Portugal: 2,44/5]

Indicador para:

Eficiência energética

Global:

2,91/5

[Portugal: 2,23/5]

Indicador para:

Indicadores menos reportados a nível global

Relação entre o rendimento mais alto e a média de todos os rendimentos auferidos

Global:

0,67/5

Indicador para:

% de colaboradores com vencimento igual ou superior ao salário digno

Global:

0,69/5

Indicador para:

Gestores de países em desenvolvimento

Global:

0,69/5

Indicador para:

Base: Todas as empresas analisadas - Global (470), Portugal (35)

O nosso principal objetivo foi avaliar a utilidade e a consistência dos relatórios que estão a ser publicados pelas empresas. Procurámos entender se as empresas estavam a recolher e a reportar a informação dos ODS e quais os KPIs que, por ventura, possam estar a utilizar para realmente monitorizar, tomar medidas e fazer melhorias contínuas, alinhadas com os ODS.

A reposta global a essa questão é não, ou pelo menos ainda não. Cerca de 28% do total das empresas avaliadas globalmente já definem metas quantitativas e relacionam as mesmas com o seu impacto na sociedade para, pelo menos, um KPI.

De um modo geral, os relatórios são, frequentemente, apenas qualitativos. Quando analisamos as primeiras dez empresas, com base nos nossos critérios de classificação, de 0 a 5, a maioria referiu os ODS. Contudo, menos de metade selecionou as prioridades para suportar os seus compromissos.

Atualmente, muitas das empresas mais orientadas para a sustentabilidade - a julgar pela qualidade dos seus relatórios - ainda não alinham esses relatórios com a estrutura e âmbito dos ODS.

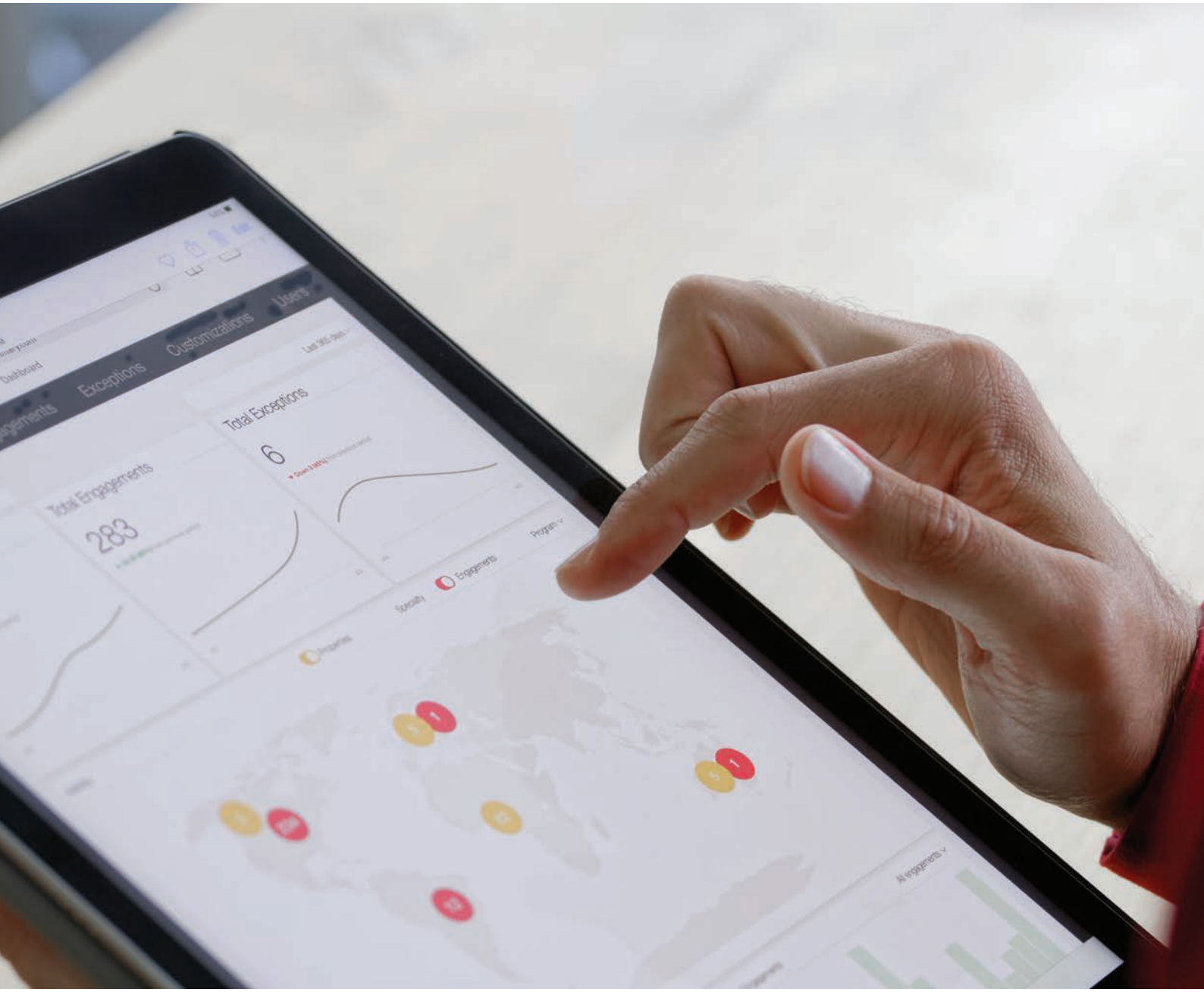
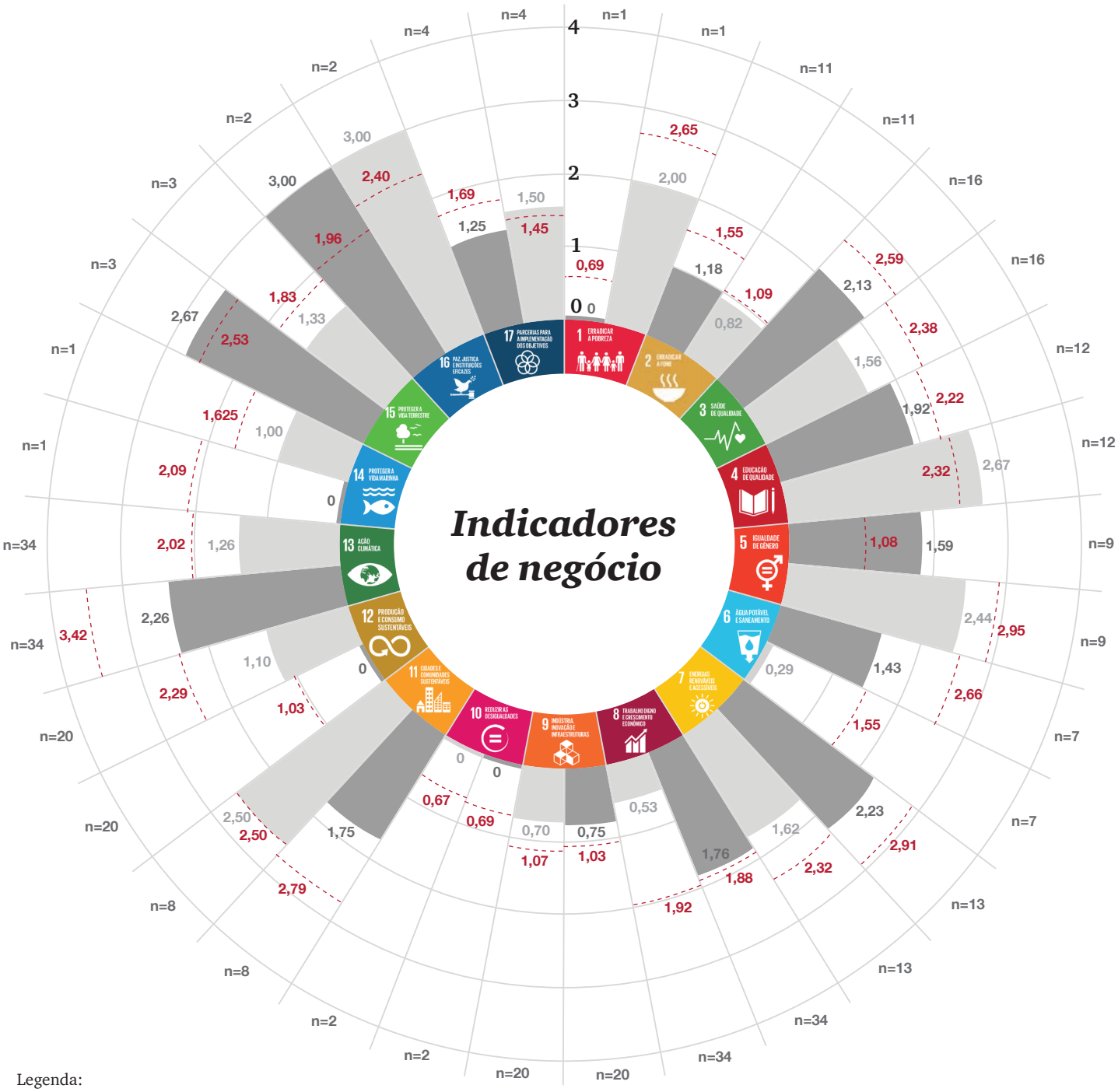


Fig. 7 - ***Comparação da pontuação média da qualidade do relato – Portugal e Global***



Legenda:

- - - Pontuação global
- Indicador a
- Indicador b
- n Número de empresas portuguesas da amostra, em cada indicador

Base: Todas as empresas analisadas - Global (470), Portugal (35)

Sumário dos indicadores selecionados pelas empresas	
1.a	Salário digno
1.b	Apoio às comunidades carenciadas
2.a	Abastecimento e compras sustentáveis
2.b	Programas para erradicar a fome
3.a	Políticas de saúde e bem-estar
3.b	Promoção da saúde e bem-estar
4.a	Políticas de formação (cadeia de valor)
4.b	Programas de Educação
5.a	Diferenças salariais entre homens e mulheres
5.b	Mulheres em cargos de gestão
6.a	Redução do consumo de água
6.b	Tratamento de águas residuais
7.a	Eficiência energética
7.b	Energias renováveis
8.a	Práticas de trabalho justo
8.b	Visão para criação de valor a longo prazo
9.a	Investimento em I&D
9.b	Gestores de países em desenvolvimento
10.a	Relação entre o rendimento mais alto e a média de todos os rendimentos auferidos
10.b	Redução de resíduos
11.a	Redução das taxas de absentismo (LTA)
11.b	Pegada material
12.a	Reutilização de resíduos
12.b	Redução das emissões de gases com efeito de estufa
13.a	Abordagem aos futuros riscos das mudanças climáticas
13.b	Impacto nos ecossistemas aquáticos
14.a	Abordagem aos riscos futuros de esgotamento do ecossistema aquático
14.b	Impacto nos ecossistemas terrestres
15.a	Abordagem aos riscos futuros de esgotamento dos recursos do ecossistema terrestre
15.b	Temas ambientais, sociais e de governação (ESG) incluídos no modelo de Governo
16.a	Políticas para promoção de negócios justos
16.b	Contribuição tributária total
17.a	Investimento em parcerias com múltiplos *stakeholders*
17.b	Investimento em I&D

Reportando apenas a "vitória fácil"

Das empresas que já priorizam e reportam ODS específicos, o relato mais detalhado tende a ser relacionado com as operações e indicadores em que as empresas já possuem um histórico mais significativo, muitas vezes devido às exigências da regulação ou frameworks de relato existentes - exemplo do GRI (Global Reporting Initiative) ou o CDP (Carbon Disclosure Project). Estes referenciais já incluem a redução da emissão de gases com efeito estufa, a redução de resíduos e a eficiência energética.

Outros indicadores facilmente quantificáveis, tais como a representação das mulheres em cargos de gestão, são igualmente relatados por algumas das empresas.

Classificados nos níveis de qualidade do relato mais inferiores, de acordo com a nossa escala, estão indicadores como a diferença entre o salário do empregado mais bem pago da empresa (tipicamente o CEO) e o salário médio de um empregado, a percentagem de trabalhadores que auferem um salário igual ou superior ao salário mínimo de sobrevivência e o número de gestores em países em desenvolvimento. Estes três indicadores não deveriam ser assim tão difíceis de quantificar.

Sem ter métricas definidas não se consegue medir o progresso

A análise do relato dos ODS levanta outra questão: estarão as empresas a definir as melhores metas e os KPIs mais adequados para reportarem o seu impacto nos ODS? Ou estarão as empresas apenas a procurar incluir algum trabalho relacionado com sustentabilidade em geral nos relatórios sobre as metas específicas?

Uma vez que não existe uma estrutura oficial de relato dos ODS para as empresas, estas podem ser desculpadas por não o fazerem. E se, por ventura, os *stakeholders* tiverem interesse em comparar o desempenho entre empresas ou setores, vão necessitar que as empresas utilizem métricas comparáveis. Por conseguinte, a necessidade de existirem métricas definidas relativamente aos ODS nunca foi tão forte.

Além disso, caso as empresas pretendam realmente compreender, ao detalhe, cada um dos objetivos, vão ter de analisar os mesmos ao pormenor e ir ao nível das metas, contidas em cada um dos 17 objetivos globais.

O estudo recente "Analysis of the goals and targets[11]" da UNGC (United Nations Global Compact) e do GRI, procura fazer exatamente isso. Esta publicação sugere ações que as empresas podem desenvolver para ajudar a alcançar cada objetivo individualmente, e refere alguns exemplos empresariais disponíveis que podem ser utilizados como guias de medição do progresso.

O relato corporativo sobre os ODS: uma análise dos objetivos e metas

Publicado pelo GRI e United Nations Global Compact, este documento é a primeira ferramenta disponível, com detalhe ao nível das metas, para apoio na compreensão da contribuição e os impactos das empresas, relativamente a cada ODS.

Contém um conjunto de exemplos de empresas e inclui indicadores qualitativos e quantitativos de referenciais já existentes, para ajudar a identificar os ODS mais materiais para as empresas e a melhorar o relato corporativo, utilizando os indicadores disponíveis para as metas mais relevantes.

11. UNGC and GRI, Business Reporting on the SDGs: An Analysis of the Goals and Target

Vejamos, por exemplo, as metas associadas ao ODS13 (Ação Climática). Uma vez que são redigidas para os Governos, estas metas concentram-se no "fortalecimento da capacidade de resiliência e capacidade de adaptação a riscos climáticos e a catástrofes naturais" e na integração das suas medidas. Isto ocorre porque, para os governos, o ODS13 complementa o acordo de Paris UNFCCC, que contém os compromissos para a redução de emissões, para cada país.

Para as empresas, uma das principais ações que podem tomar relativamente à "ação climática", é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. As métricas que já têm disponíveis para medir o seu impacto no ODS13, são as referentes à emissão de gases com efeito de estufa e a definição de um preço interno para o carbono. Contudo, estas medidas não são expressamente abrangidas como parte do ODS13.

O papel dos governos

Um dos debates mundiais mais antigos, no âmbito do desenvolvimento sustentável, diz respeito a quem deve assumir a liderança, as empresas, ou os governos.

Quando se trata dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os governos são considerados como os principais responsáveis pelos cidadãos que responderam ao nosso questionário, a nível global, com 45% dos entrevistados a classificar o Governo como o primeiro responsável (em comparação com apenas 6% para as empresas). Os cidadãos portugueses são ainda mais consistentes nesta opinião, com 63% dos entrevistados a classificar o governo como o primeiro responsável (face a 4,35% a identificar as empresas em primeiro lugar).

No âmbito da implementação dos ODS, os governos nacionais de 65 países já apresentaram relatórios nacionais voluntários (RNV) do progresso nacional e sub-nacional relativamente aos ODS, e 48 outros países indicaram a intenção de o fazer, já em 2018.

A nossa análise dos relatos das empresas não encontrou um padrão consistente quanto ao facto de um RNV ter algum efeito, ou resultado, em relatórios de sustentabilidade mais sólidos. Contudo, algumas análises de país individuais, sugerem que a existência de algum compromisso, ao nível dos governos, pode, de facto, ter efeitos e resultados positivos.

Na comparação entre países, o nosso estudo revela que França tem uma qualidade de relato mais madura do que todos os outros países europeus, destacando-se em 13 dos 17 ODS. França tem, desde 2002, regulamentação em vigor que exige que as empresas divulguem um relatório de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Em 2015, com a legislação Grenelle II, tornou-se obrigatória em França para os fundos de pensões, companhias de seguros e outros investidores, a divulgação sobre de que forma estes levam em consideração as questões ambientais, sociais e de estrutura de governo das sociedades. Devem, ainda, definir metas, avaliar o progresso e apresentar uma justificação, caso as mesmas não sejam alcançadas. Duvidamos que possa ser coincidência o facto de, em França existir um forte regime regulamentar de relato e que, simultaneamente, o melhor relatório corporativo analisado por nós seja de uma empresa francesa.

No caso do Reino Unido, o *UK Modern Slavery Act*, aprovado em 2015, veio também aumentar a transparência relativamente às cadeias de valor das empresas, conforme demonstrado pela elevada pontuação do indicador 1b (Apoio a comunidades carenciadas), conforme se verifica na Figura 8.

65

governos nacionais já apresentaram um Relatório Nacional Voluntário (VNR)

63%

dos cidadãos portugueses atribuem ao gorverno a principal responsabilidade pelo sucesso dos ODS

Portugal já apresentou a sua estratégia para alcançar os ODS

Portugal tornou pública a sua estratégia nacional nesta matéria através do "Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", publicado em junho de 2017, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) que, em articulação com o Ministério do Planeamento e Infraestruturas, tem o papel de coordenação geral dos ODS. Este trabalho é desenvolvido em estreita colaboração com os restantes ministérios, em função das suas atribuições e da sua relação com os ODS.

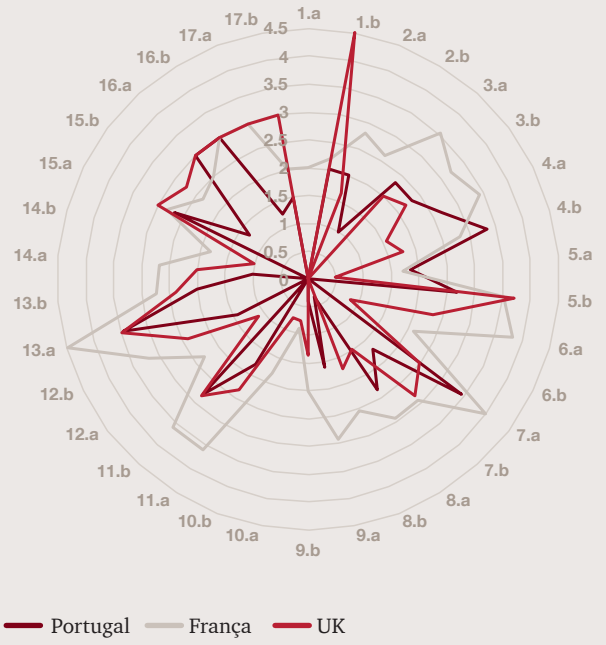
Neste relatório são identificados os objetivos considerados como prioritários pela República Portuguesa, os quais são resultado de uma reflexão com o envolvimento de diversos *stakeholders*, incluindo a sociedade civil:

- ***ODS 4 – Educação de Qualidade***
- ***ODS 5 – Igualdade de Género***
- ***ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas***
- ***ODS 10 – Reduzir as Desigualdades***
- ***ODS 13 – Ação Climática***
- ***ODS 14 – Proteger a Vida Marinha***

É, igualmente descrito, o contexto nacional para cada um dos 17 ODS, incluindo a identificação das políticas e programas em vigor e a desenvolver.

É ainda abordada a monitorização da concretização dos objetivos, destacando-se a especial relevância da informação estatística disponível. Nesse contexto, o INE (Instituto Nacional de Estatística) é um elemento fundamental para a monitorização dos indicadores que permitem avaliar os progressos alcançados na concretização dos ODS. Não obstante o seu contributo fundamental, o INE é apenas responsável por 29,5% dos cerca de 240 indicadores necessários, sendo a restante responsabilidade partilhada entre diversas entidades nacionais e internacionais. No que respeita ao acesso à informação, apenas 106 indicadores apresentam uma disponibilidade confirmada, pelo que este é um desafio adicional que se coloca aos governos e, em particular, a Portugal.

Fig. 8 - ***Comparação da pontuação média da qualidade do relato para as empresas que priorizam ODS – Portugal, França, UK***



Base: Empresas analisadas: Portugal (35), França (64), UK (52)

Com base na nossa análise de dois indicadores de negócios para cada ODS, concluímos que as empresas francesas possuem uma melhor qualidade de relato quando priorizam os indicadores de ODS, comparativamente com as empresas portuguesas e britânicas. O indicador que obteve a melhor pontuação média para a qualidade de relato nas empresas francesas e portuguesas foi o indicador 13.a (redução das emissões de gases com efeito de estufa) com 4,48/5 e 3,44/5, respetivamente. Por outro lado, o indicador 1.b (apoio às comunidades carenciadas) foi o indicador priorizado pelas empresas britânicas que obteve uma classificação mais elevada em termos de qualidade de relato com 4,5/5.

A procura por uma abordagem de relato consistente

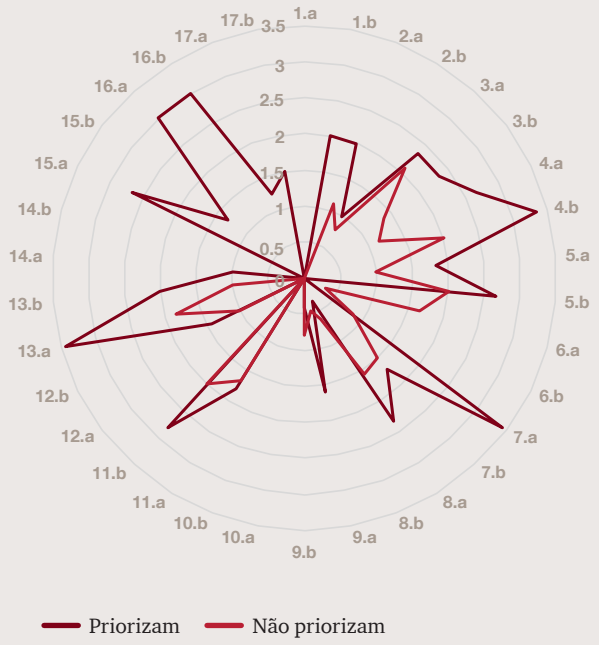
Com base na nossa análise de dois indicadores para cada ODS, parece existir pouca consistência na qualidade de relato ao nível das metas individuais. Vejamos, por exemplo, o ODS5 (igualdade de género). Dos dois indicadores que analisámos, o índice médio da qualidade de relato para o indicador 5.b (representação de mulheres em cargos de gestão) foi mais do dobro do que para o indicador 5.a (rácio do salário base e remunerações entre mulheres e homens).

Mesmo no ODS13, o objetivo com melhor classificação à escala global em termos de qualidade de relato, os resultados são inconsistentes quando analisados ao nível de cada um dos dois indicadores. Embora a redução das emissões de gases com efeito de estufa tenha sido o indicador melhor reportado (com uma pontuação média de 3,42 em 5), o segundo indicador que analisámos – relato acerca do programa da empresa para enfrentar os riscos futuros das alterações climáticas – obteve um resultado significativamente inferior (com apenas 2,03 em 5).

Será que as empresas precisam de uma maior orientação sobre como, e o que reportar acerca dos ODS? E será que estas conclusões também sugerem que as empresas ainda têm de entender que a inclusão dos ODS na estratégia das empresas, de uma forma mais holística, poderá, de facto, permitir identificar novas oportunidades e melhorar as probabilidades de enfrentar convenientemente os riscos de negócio subjacentes, que a falta de uma abordagem aos ODS representa?

Qualquer que seja o motivo para os défices no relato, quando o indicador de ODS mais elevado da análise efetuada às empresas portuguesas, se classifica, em média, nos 3 pontos (em 5), existe um óbvio espaço de melhoria antes que as empresas possam demonstrar aos seus stakeholders, qual o seu desempenho efetivo, nos ODS que consideram ser prioritários para os seus negócios.

Fig. 9 - ***As empresas que estabelecem prioridades tendem a ter melhores resultados***



Base: Empresas portuguesas analisadas (35)

Case Study : Nestlé – Suíça

A Nestlé fez 42 compromissos públicos que abrangem "nutrição, saúde e bem-estar", "desenvolvimento rural", "água", "sustentabilidade ambiental", "direitos humanos e compliance" e "as nossas pessoas".

Estes compromissos destinam-se a alcançar três ambições para 2030 - concentrando-se em permitir vidas mais saudáveis e mais felizes para indivíduos e famílias; ajudando a desenvolver comunidades prósperas e resilientes; protegendo os recursos para gerações futuras - que estão alinhadas com os ODS.

A Nestlé juntou-se ao Champions 12.3, uma aliança de influenciadores das organizações governamentais, industriais e não-governamentais, dedicada a acelerar o progresso nos ODS reduzindo para metade os resíduos alimentares até 2030.

O contributo da Nestlé foi fundamental para elevar esta ambição e orientar o Consumer Goods Forum a adotar este objetivo nas operações dos seus membros, até 2025.

A mensuração do desperdício alimentar e de resíduos é, no entanto, um grande desafio. Para superar isso, a Nestlé liderou o desenvolvimento de um importante e reconhecido protocolo mundial, o Protocolo do Desperdício Alimentar e Resíduos (Food Loss and Waste Accounting and Reporting Standard), para medir, de forma coerente, o desperdício alimentar e os resíduos em toda a cadeia alimentar. A Nestlé testou o protocolo na sua cadeia de fornecedores de produtos lácteos no Paquistão. Tendo trabalhado com consultores externos, a Nestlé mapeou a cadeia de valor, desde as quintas até aos consumidores, analisando todas as causas potenciais do desperdício, com perdas quantificadas e extrapoladas em toda a cadeia de valor. A perda total de leite na cadeia de suprimentos foi estimada em 1,4%, significativamente menor do que o esperado.[12]

12. Nestlé, Creating Shared Value and meeting our commitments 2016, http://www.nestle.com/asset-library/documents/library/documents/corporate_social_responsibility/nestle-csv-full-report-2016-en.pdf

1,35/5

Pontuação média de qualidade de relatório. Demonstra que a maioria dos relatórios ainda está num nível qualitativo.

[Global: 2,03/5]

1,87/5

Pontuação média para as empresas que priorizaram os ODS.

[Global: 2,29/5]

1,14/5

Pontuação média para as empresas que não priorizaram os ODS.

[Global: 1,88/5]

6. Cinco questões chave para reflexão pelas empresas, na abordagem aos ODS:

1. De que forma está a sua empresa a priorizar os ODS? Está a alinhar as suas atividades por forma a incorporar os ODS nas suas principais operações? E na sua estratégia de crescimento?

2. Considerou os ODS que são relevantes para todos os seus *stakeholders*, incluindo os governos dos países onde atua?

3. Considerou os ODS ao nível das metas de cada um dos objetivos? Arrisca-se a não considerar áreas significativas ao concentrar-se apenas ao nível do objetivo e não das metas definidas?

4. Poderão os ODS ajudá-lo a melhorar sua estratégia ao nível da sustentabilidade e do relato?

5. Está a utilizar as métricas mais relevantes para monitorizar e a relatar os seus impactos (tanto positivos como negativos), relativamente ao seu alinhamento com os ODS?

7. Principais conclusões

Com base na nossa análise, parece-nos evidente que a maioria das empresas já sabe que os ODS irão influenciar o futuro dos seus negócios. Na verdade, acreditamos que quando as empresas incorporarem os objetivos nas suas estratégias de crescimento, principais operações, cadeias de valor e posições políticas, beneficiarão de novas oportunidades em novos mercados, de elevados ganhos de eficiência e, também, da melhoria da sua reputação aos olhos dos governos e da sociedade em geral.

Contudo, atualmente, é também óbvio que a maioria das empresas ainda não possui, nem experiência para fazer com que as metas funcionem para os seus negócios, nem uma abordagem de avaliação coerente para medir o seu sucesso.

Para seguir em frente, as empresas necessitam de saber priorizar quais os ODS mais relevantes para os seus negócios. É necessário existir uma abordagem interligada e sistemática ao nível das metas, para que consigam entender integralmente de que forma as empresas podem ajudar a atingir os objetivos e o valor que estes podem aportar aos seus negócios.

Isso deve, também, ter em conta os fatores locais e regionais, tais como, compreender quais as prioridades relativamente aos ODS dos governos, em cada um dos países onde atuam, e estar atento ao que é mais relevante para os cidadãos nessas comunidades, países ou regiões.

Uma vez definidas as prioridades, as empresas necessitam de ter objetivos mensuráveis e orientados para os resultados, que levem a um maior foco e desempenho. Os KPIs devem ser definidos com base nos resultados a atingir. Isso significará refletir, de uma forma mais holística, acerca do impacto das atividades de uma empresa na economia, no meio ambiente envolvente e na sociedade. Significará, também, desenvolver programas que abordem esses conjuntos de impactos, mais amplos, em vez de se concentrarem apenas na medição, simplista dos seus resultados.

Munidas de KPIs e métricas alinhadas com os ODS, as empresas poderão, então, desenvolver os seus relatórios, que terão em consideração tanto o valor financeiro e social, como o impacto total das suas atividades. Ao fazê-lo, irão conseguir alcançar todo o potencial que os ODS oferecem, ao mundo em geral e aos seus próprios negócios em particular.

8. Metodologia

1.1 Seleção de empresas

A PwC analisou a informação pública disponível dos relatórios de sustentabilidade de 470 empresas, em 17 países. Em Portugal analisámos 35 empresas. As empresas foram selecionadas pelas equipas de sustentabilidade da PwC, em cada país, com base no conhecimento do mercado local, incluindo empresas que possuíssem uma estratégia de sustentabilidade definida ou metas de sustentabilidade, ou que identificassem os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade.

Examinámos as informações constantes nos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e nos *websites* institucionais das empresas utilizando, sempre que possível, os dados do ano encerrado a 31 de dezembro de 2016 (quando tal não foi possível, foram considerados os últimos relatos de sustentabilidade de cada empresa, à data da análise).

Com base nesta informação recolhida, identificámos o que cada empresa divulga relativamente à priorização dos diferentes ODS e avaliámos a forma como as empresas relatam os objetivos que identificaram como prioritários. Foram também avaliados tendo em conta um conjunto indicadores-chave de sustentabilidade.

Esta análise permite-nos comparar o seu desempenho com o dos seus concorrentes, ou empresas do mesmo setor, ao nível global.

1.2 Priorização dos ODS

Muitas empresas já definiram ODS prioritários, que identificaram como os mais relevantes para as suas operações, estratégias e/ou partes interessadas. Identificámos quais os ODS à qual foi dada maior prioridade pelas empresas da nossa amostra.

Para empresas que não selecionaram ODS prioritários, utilizámos um conjunto padrão de cinco prioridades com base no seu principal setor de atividade. Para isso, utilizamos a ferramenta Selector ODS da PwC: https://dm.pwc.com/SDGSelector/ [13].

13. The SDG selection used was according to the greatest 'Industry Impact' in the SDG selector.

1.3 Qualidade do relato

Para cada um dos ODS prioritários (autodefinidos ou definidos de forma padrão), avaliámos a empresa em dois sub-indicadores destes. O conjunto completo dos 34 indicadores está disponível no ponto 1.6 desta secção - Indicadores de relato selecionados. Para pontuar as empresas, nos 34 indicadores, utilizámos uma escala entre 0 e 5.

Metodologia de avaliação da qualidade do relato	
Não relatado	0
Comentário descritivo	1
Descrição da ambição	2
KPI quantitativo	3
KPI quantitativo e objetivos a atingir	4
KPI quantitativo, objetivos a atingir e ligação ao valor para a sociedade	5

1.4 Desempenho

Para entender o progresso das empresas, relativamente aos ODS, recolhemos dados de 15 indicadores chave, normalmente reportados, e informações das empresas sobre as suas receitas e número de empregados. Os indicadores selecionados encontram-se detalhados no ponto 1.7 desta secção, indicadores de desempenho.

Para definir os nossos critérios, levámos em consideração o seguinte:

• Para promover a comparabilidade entre as diferentes empresas, selecionámos indicadores que fossem relevantes para todos os setores.

• Com este conjunto de indicadores, pretendemos representar uma ampla seleção das 169 metas, definidas globalmente e que consubstanciam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tentámos, ainda, incluir indicadores que pudessem salientar os impactos diretos e indiretos das empresas, através das cadeias de valor e da responsabilidade global dos seus negócios.

1.5 Cidadãos

Inquirimos, também, 2.563 cidadãos, em 24 países, para obtermos uma perspetiva global acerca do que os cidadãos pensavam sobre os ODS. Os índices de pontuação foram desenvolvidos com o intuito de fornecerem um mecanismo de pontuação e classificação das questões. Posição 1 = 100; posição 2 = 80; posição 3 = 60; posição 4 = 40; posição 5 = 20; não classificado = 0.

1.6 Detalhe dos indicadores de relato selecionados

ODS	Indicador 1	Indicador 2
1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	1.a % de trabalhadores que têm um salário igual ou superior ao salário mínimo	1. b.Programas para apoiar comunidades locais pobres
2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável	2.a % de produtos provenientes de agricultura sustentável	2.b Programas da empresa para erradicar a fome
3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos e em todas as idades	3.a. Política empresarial para promover a saúde e bem-estar dos colaboradores ao longo da cadeia de valor	3.b Programas da empresa para promover estilos de vida saudáveis e bem estar para todos
4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	4.a. Política da empresa para promover oportunidades de aprendizagem a longo prazo para trabalhadores ao longo da cadeia de valor	4.b Programas da empresa para promover a educação nas competências para as necessidades futuras do negócio
5. Alcançar a igualdade de género e empowerment de mulheres e raparigas	5.a. Rácio do salário base e remuneração base de mulheres sobre homens	5.b Representação de mulheres em posições de gestão
6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos	6.a. Redução de consumo de água potável	6.b. Proporção de águas residuais tratadas de forma segura
7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos	7.a. Eficiência energética	7.b. % de energia proveniente de fontes sustentáveis
8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	8.a. Proporção de colaboradores ao longo da cadeia de valor com contratos de trabalho permanentes e acordos sobre práticas laborais justas	8.b. Reportar a visão da empresa de criação de valor a longo prazo
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	9.a. Investimentos de I&D por país / receitas por país	9.b. Programas da empresa para promover infraestruturas resilientes e industrialização inclusiva/ inclusão de pequenos negócios na cadeia de valor
10.Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre os países	10.a.# de gestores locais, de países em desenvolvimento	10.b.Remuneração do indivíduo que ganha mais na organização, por país, em relação à remuneração média/mediana de todos os colaboradores no mesmo país.
11.Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis	11.a.Metas de redução de resíduos	11.b.Metas de redução da taxa de frequência de acidentes
12.Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis	12.a.Consumo de materiais / receitas	12.b.% de resíduos reutilizados
13.Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos	13.a.Redução de emissões GEE	13.b.Programas da empresa para endereçar futuros riscos associados às alterações climáticas
14.Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	14.a.Impacto do negócio nos ecossistemas marinhos	14.b.Programas da empresa para endereçar futuros riscos relacionados com a redução de recursos marinhos
15.Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade	15.a.Impacto do negócio nos ecossistemas terrestres	15.b.Programas da empresa para endereçar futuros riscos relacionados com a redução de recursos dos ecossistemas terrestres
16.Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis	16.a.Reporte da inclusão de aspetos ESG (ambientais, sociais e de governance) no sistema de governo corporativo	16.b.Reporte da política da empresa para promover o negócio justo (incluindo prevenção da corrupção e política de comunicação de irregularidades)
17.Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	17.a.Total de contribuição fiscal / receitas	17.b.€ investidos em parcerias multi-stakeholder

1.7 Indicadores de desempenho considerados

Reunimos dados sobre 15 indicadores de desempenho habitualmente relatados, juntamente com informações básicas das empresas, para as 470 empresas na nossa amostra. Estes dados foram recolhidos de uma ferramenta de avaliação online, que nos permite fornecer informações sobre como as empresas individuais se posicionam relativamente à população analisada.

ODS	Indicador
Informação da Empresa	Total de receitas da empresa
Informação da Empresa	Número total de colaboradores da empresa
4	Número total de horas de formação, em qualquer tema, fornecidos aos colaboradores da empresa
5	% de mulheres no total de colaboradores da empresa
5	% de mulheres em cargos de gestão
5	% de mulheres membros dos conselhos de administração (nos conselhos executivo e de supervisão
6	Consumo total de água
7	Consumo total de energia
7	% de energia proveniente de fontes renováveis
8	Resultados da avaliação da satisfação dos colaboradores
10	Quantia total despendida com salários
10	Salário do CEO
11	Quantidade total de resíduos produzidos
12	Quantidade de resíduos reciclados
13	Emissões de CO_2 diretas de âmbito 1, em conformidade com o protocolo de emissões de gases com efeito de estufa (emissões da queima de combustíveis - gás, gasóleo, carvão, etc.)
13	Emissões de CO2 indiretas de âmbito 2, em conformidade com o protocolo de emissões de gases com efeito de estufa (emissões associadas à eletricidade, vapor, etc.)
13	Emissões de CO2 indiretas de âmbito 3, em conformidade com o protocolo de emissões de gases com efeito de estufa (emissões de atividades upstream e downstream da cadeia logística)

Notas gerais:

- Os valores totais apresentados podem não somar 100%, devido ao arredondamento das percentagens e da exclusão de respostas do tipo "não sabe/não responde".
- A base de respostas para as figuras e gráficos apresentados é de 470 empresas para o caso global e 35 empresas para Portugal (todas as empresas analisadas), e de 2.563 cidadãos no global e 100 para Portugal.

9. Contactos

Se gostaria de aprofundar a compreensão do que os ODS significam para o seu negócio e definir a melhor forma de se envolver com eles, contacte-nos.

António Correia
Partner
antonio.correia@pt.pwc.com
+351 225 433 114

Cláudia Coelho
Director
ana.claudia.coelho@pt.pwc.com
+351 213 599 802

João Rui Baptista
Knowledge & Research
joao.rui.baptista@pt.pwc.com
+351 213 599 344

Pedro Santos Palha
Marketing
pedro.santos.palha@pt.pwc.com
+351 915 189 486

Visite-nos nas redes sociais

© PwC 2018. Todos os direitos reservados. PwC refere-se à PwC Portugal, constituída por várias entidades legais, ou à rede PwC. Cada firma membro é uma entidade legal autónoma e independente. Para mais informações consulte www.pwc.com/structure.